



# **REVISITANDO A OBRA DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA**

## **JOSÉ MAURÍCIO DOMINGUES**

**Série Cadernos FLACSO**

# **N1**

[www.flacso.org.br](http://www.flacso.org.br)



## **José Maurício Domingues**

**P**ossui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1985), mestrado em Sociologia pelo IUPERJ-UCAM (1989) e doutorado em Sociologia pela London School of Economics and Political Science, Universidade de Londres (1993), na Grã-Bretanha. Foi visiting scholar na Universidad Libre de Berlin (1998) e na Universidade Humboldt, Berlim (2000), ambas na Alemanha, e fellow do Instituto de Estudos avançados da Universidade Hebraica de Jerusalém, Israel (2009). Realizou Estágio-Senior, como Visiting Scholar, na Universidade de Cambridge, de fevereiro a julho de 2010, com bolsa da Capes. Foi professor-pesquisador do IUPERJ de 2000 a 2010, do qual foi Diretor Executivo entre 2005 e 2009. Atualmente é professor titular do IESP-UERJ, para onde migrou o conjunto de professores do antigo IUPERJ. Foi editor de Theory, Newsletter do Comitê de Teoria Sociológica da ISA. É membro do Conselho Editorial Internacional do European Journal of Social Theory, da revista Conflict Social (do Instituto Gino Germani, Buenos Aires, Argentina) e da Revista de Sociologia, da Universidad do Chile, bem como de Sociological Inquiry e da Revista de Estudios Latinoamericanos. Foi também membro do Conselho de Redação da revista Dados (2003-2005). Trabalha com teoria sociológica e teoria política, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria da subjectividade coletiva, modernidade global, modernidade comparada, modernidade brasileira, América Latina, Índia, China, sociedade contemporânea, movimentos sociais e cidadania. Tem vários livros publicados, em português, inglês e espanhol.

Revisitando a obra *Dependência*  
*e Desenvolvimento na América Latina*

José Maurício Domingues



**FLACSO**  
BRASIL

## Série Cadernos FLACSO Número 1

FLACSO Brasil

Diretor: Pablo Gentili

Coordenador Acadêmico: Rodrigo Nóbile

---

Os Cadernos da FLACSO são publicados em versão eletrônica e gráfica, com tiragem de 1.000 exemplares para distribuição em instituições acadêmicas, no serviço diplomático e nos órgãos de imprensa.

Os textos publicados apresentam a opinião dos autores e não necessariamente sintetizam a posição da FLACSO Brasil sobre os temas em debate.

---

## Revisitando a obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*

José Maurício Domingues

Outubro, 2010

ISBN 978-85-60379-01-9

(c) FLACSO Brasil,  
Rio de Janeiro, 2010

**FLACSO - Brasil**

Rua São Francisco Xavier, 524 - Bloco F - 12º andar

Sala 12.111 - CEP: 20550-900 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Fone/Fax: (+55 21) 2234-1896 - 2334-0890

[www.flacso.org.br](http://www.flacso.org.br)

# Índice

Introdução	7
Os conceitos centrais de <i>DDAL</i>	9
A América Latina e outras semiperiferias e periferias	13
Conclusão	19
Referências	21



## Introdução

**D***ependência e Desenvolvimento na América Latina* (Cardoso e Faletto, [1969] 1970 – daqui para frente *DDAL*) é certamente o livro publicado por latino-americanos que teve jamais o maior impacto nas ciências sociais e no pensamento social e político através do mundo. Fernando Henrique Cardoso, um de seus autores, junto a Enzo Faletto, e anteriormente presidente do Brasil, recentemente ofereceu nas páginas de *Studies in Comparative International Development* uma reavaliação desta obra (Cardoso, 2009). Ele tentou também mostrar que o método de análise em que se calcaram – o estruturalismo-histórico – é ainda válido para analisar o mundo contemporâneo, articulando-o a uma visão ampla da situação global, com referência especial à América Latina.

Nas páginas seguintes argumentarei, contudo, que a reavaliação que Cardoso faz do esquema conceitual de seu livro é apenas parcial e que isso tem a ver com suas atuais concepções teóricas e políticas, como se evidencia no mesmo artigo. Isto se vincula profundamente ao ângulo a partir do qual ele vê a globalização e especialmente a América Latina hoje. Embora argumente em favor de uma “social democracia global” e rejeite a visão de que seu governo implantou reformas neoliberais, atacando também o que chama de “populismo” em novas vestes, essa auto-avaliação dificilmente pode ser vista como verdadeira, sendo seu argumento ademais tributário de uma concepção de que haveria “duas esquerdas” na América Latina, uma boa, racional, democrática, a outra ruim, demagógica e ao menos potencialmente autoritária. No que se segue procederei sem intenções polêmicas, portanto evitarei tanto quanto possível discussões políticas mais específicas, assim como me prenderei basicamente a *DDAL* e à recente, mais formal, avaliação de Cardoso do texto e sua visão do mundo contemporâneo. Contudo, isso não é inteiramente possível, uma vez que uma análise da América Latina está em pauta, com referência especificamente a esses conceitos. Aquelas questões devem ser, porém, enfrentadas tanto para uma avaliação das atuais possibilidades do livro quanto das realidades latino-americana e global. É verdade que se poderia sugerir que a teoria da dependência não é mais relevante. Ao contrário, pode ser argumentado que a teoria da dependência sumiu de vista em grande medida, mas que os problemas que ela enfrentou continuam tão prementes como antes (cf. Pecaut, 1985). Este é o caminho que este artigo seguirá, apontando para as razões pelas quais isso permanece assim.

Primeiramente assinalarei as limitações da reconstrução de Cardoso de seu próprio argumento. Em seguida relacionarei isso a sua concepção da globalização e a uma abordagem que considero mais adequada. Tratarei então da dura situação da América Latina, mobilizando também evidências que corroboram a utilidade dos conceitos originalmente expostos no livro de Cardoso e Faletto. Finalmente, levantarei um último ponto, na medida em que no contexto latino-americano *DDLA* funcionou exatamente como uma teoria crítica, questionando as concepções dominantes do desenvolvimento, conquanto recusasse a idéia de uma estagnação absoluta e inevitável. Como isso funcionaria agora é algo que é importante de ser ao menos brevemente tratado.





## Os conceitos centrais de *DDAL*

Embora Cardoso afirme a validade de seu quadro conceitual anterior para uma análise do mundo contemporâneo, ele o faz de maneira muito seletiva. Na verdade, a ênfase principal de seu argumento é posta no elemento político que estava presente em *DDAL*. Este foi um avanço decisivo, que de fato representou uma ruptura com as mais comuns teorias da dependência, sobretudo com a definição de Frank (1967) de que o desenvolvimento *necessariamente* cria subdesenvolvimento, a despeito de qualquer coisa, a não ser que se tratasse da revolução socialista, é claro. Não que Frank estivesse totalmente errado de um ponto de vista *descritivo*, como argumentarei abaixo. Ele havia, contudo, transformado o que é muitas vezes uma situação empiricamente verificável em uma necessidade teleológica, com roupagens teóricas. Cardoso e Faletto não aceitaram esse tipo de ponto de vista, embora o quanto o livro tenha sido uma reação a isso ou uma contribuição elaborada de maneira independente deva estar aberto à investigação, uma vez que a primeira versão de *DDAL* é do mesmo ano da publicação do livro de Frank. É provável que a obra de Cardoso e Faletto tenha muito a ver com os debates latino-americanos sobre a estagnação insuperável que parecia haver se firmado no começo da década de 1960 nas economias regionais (ver Serra, 1976).

Fato é que Cardoso e Faletto argumentaram, diferentemente também da teoria da modernização (que Cardoso, porém, parcialmente abraçou anteriormente<sup>1</sup> e à qual ocasionalmente retorna), que os caminhos do desenvolvimento não são, por assim dizer, definidos divinamente. De acordo com uma convicção muito disseminada, pelo mundo e na América Latina, incluindo em particular a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) das Nações Unidas, o estado mobilizaria a sociedade e em grande medida assumiria a tarefa de promover o desenvolvimento, quando isso ocorresse (*DDAL*, pp. 4-6/10-12). Mas os países se diferenciavam segundo as *coalizões* que chegariam ao poder em cada um deles e se utilizariam do estado para realizar seus projetos, nos quadros de condições estruturais que estabeleciam suas margens de manobra, os quais não eram, todavia, insuperáveis (*DDAL*: caps. 3-5). Para fazer uso de um jargão corrente nas ciências sociais, a dependência de trajetória era crucial, porém não determinava resultados, que seriam mediados pela ação humana. A dependência era tanto uma relação externa quanto internamente estruturada como um tipo particular de relação em uma nação subdesenvolvida (*DDAL*, pp. 19/22-3). Na verdade, eles chegaram inclusive a observar, no “Post scriptum” de 1979 à edição em inglês do livro, que não visavam medir “graus de dependência”, mas sim inquirir sobre a “quem”, a que classes e grupos, o desenvolvimento servia (Cardoso e Faletto, 1979, pp. 201 e 212) – perdendo contudo a oportunidade de compreender o que adiante será discutido em termos da condição “semiperiférica”. É curioso que Cardoso não dê nenhuma atenção às coalizões políticas em seu comentário recente ao texto clássico, sendo este um tema a ser explorado, porquanto nos diga muito sobre o desenvolvimento como tal e inclusive sobre as perspectivas de Cardoso.

Ainda que as articulações políticas fossem centrais, os elementos “estruturais” do livro eram também de enorme importância para a análise. Quero especificamente sublinhar as definições de dependência, centro e periferia, desenvolvimento e subdesenvolvimento contidas em seu argumento fundamental. Conquanto Cardoso (2009, p. 301) mencione, de passagem, o “subdesenvolvimento” como uma característica da economia brasileira em relação à dos Estados Unidos, assim como a idéia de centro e periferia, estas não cumprem praticamente nenhum papel em sua discussão recente. Além do mais, se ele não descarta de fato a idéia de “dependência”,

a torna menos importante, em seu lugar enfatizando o “desenvolvimento” como o cerne daquela obra (Cardoso, 2009, p. 298). Mas uma comparação com o próprio texto de Cardoso e Faletto não empresta, porém, suporte a essa visão.

Eles definiram muito clara e cuidadosamente aqueles conceitos distintos e decisivos. Ao passo que a dependência implicaria a relativa falta de poder dos países latino-americanos perante os países mais poderosos do mundo – os Estados Unidos e a Europa, obviamente –, ou seja, aqueles cujos estados e outros agentes econômicos possuíam os meios para se engajar autonomamente em decisões econômicas e políticas, as idéias de centro e periferia se referiam aos papéis que cada país desempenhava na economia internacional. Estes eram, até então, basicamente de dois tipos: produtores e exportadores de commodities, por um lado, e produtores e exportadores de manufaturados, por outro. Desenvolvimento e subdesenvolvimento eram caracterizados pelo nível relativo de diferenciação das economias nacionais, de modo comparativo – o que, àquela altura, se relacionava ao grau de desenvolvimento industrial que fora alcançado em cada um deles (*DDAL*, pp. 22-8/25-30). Evidentemente, havia uma sobreposição dessas categorias, que formavam dois núcleos principais, reforçando-se mutuamente. Ademais, embora Cardoso (2009, p. 297) descarte agora as teorias “vulgares” do imperialismo (sem dizer-nos exatamente quais são), ele explicitamente incluiu o aparato conceitual de sua própria teoria da dependência, que não seria uma teoria enquanto tal, argumentava então naquele momento, nos quadros da teoria de Lênin do imperialismo. Ela era, acrescentava, meramente complementar (Cardoso, 1975). É nesse horizonte que se deve localizar uma das grandes inovações do livro: o “desenvolvimento dependente” (*DDAL*, cap. 6). Embora seja correto em parte falar disso como uma das primeiras faíscas do que é em geral equivocadamente chamado hoje de “globalização” (termo demasiadamente vago, na verdade), o desenvolvimento dependente significa tão-somente a continuação da falta de autonomia que açoitava aqueles países, meramente mitigando a sua posição periférica, bem como implicando a relativa diminuição de seu caráter subdesenvolvido. Cerne da estratégia de Raúl Prebisch e da CEPAL para superar os problemas que afligiam a periferia, a industrialização estava se revelando fenômeno mais complexo àquela altura.

É verdade que muito mudou desde que o livro foi originalmente publicado em 1969. Não teria sentido demandar dos autores que permanecessem absolutamente consistentes com seu argumento original, em particular em um momento em que o mundo mudou tanto. Poder-se-ia, contudo, argumentar perfeitamente que a estrutura da economia global na realidade reproduz aqueles padrões em grande medida, ainda que com mais variação, introduzindo cada vez mais complexidade. Logo, uma leitura mais fiel do livro parece ser absolutamente válida.

Dois elementos principais têm sido cruciais para as mudanças em relação aos anos 1970. A primeira é a terceira revolução industrial ou tecno-científica – com todas as transformações que lhe são associadas nos padrões de produção e consumo: pós-fordismo, micro-eletrônica, acumulação flexível e consumismo pluralizado –, bem como uma maior financialização do capitalismo (ver por exemplo Harvey, 1991; Castells, [1996] 2000). Por outro lado, a emergência de alguns países que conseguiram se industrializar e de certo modo emular os padrões das economias do chamado “Norte” tem sido outro aspecto do mesmo período. A primeira questão levou a um salto à frente para o capitalismo, inaugurando um padrão inteiramente novo de acumulação, um novo período, que deixou para trás precisamente aqueles países no então “Terceiro Mundo” que

aparentemente estavam conseguindo se aproximar do centro, de forma mais dependente (como o Brasil) ou mais independente (como a Índia) (ver Amsden, 2001, para uma visão geral da industrialização global). Esses países foram de qualquer modo relativamente bem-sucedidos em produzir manufaturas com graus razoáveis de valor agregado, parcialmente superando a fase anterior de mera produção de commodities. A diferenciação que isso implicou na economia global levou de fato ao que alguns autores chamariam de “semiperiferia”, embora amiúde o estado, antes que o país, fosse a unidade de análise dessas conceitualizações (Wallerstein, 1974 e 1979, caps. 3 e 5).<sup>2</sup> Enquanto que a existência de um setor de bens de capital (ou Departamento I da economia, em uma concepção marxista) pode ser vista como diferenciando esses países industrializados entre eles, como sugerido pela teoria da regulação francesa (Boyer e Saillard, 2000), graças a sua – relativa – força tecnológica países como a Coreia (e Taiwan, pode-se acrescentar) dificilmente se encaixam nessa definição, como observado por Evans (2009, p. 333). Mas o conceito parece descrever a emergência de certo número de países nos últimos cinquenta anos, conquanto ele mesmo se mantenha bastante impreciso.

Aquelas duas revoluções do capital, tecno-científica e financeira, empurraram de qualquer forma a maioria daqueles países fortemente de volta a sua posição anterior. Nesse sentido, o desenvolvimento gerou empiricamente subdesenvolvimento em escala relativa (embora áreas da África em particular, mas também partes da América Latina, o tenham experimentado em termos absolutos). Deve-se reconhecer que uma mistura de dependência de trajetória, com especialmente os Estados Unidos mais preparados para dar aquele salto, e de possibilidades políticas respondem por essa disjunção e os lugares ocupados pelos diversos países nessa nova configuração. As diferenciações de trajetória são grandes demais para serem tratadas aqui, mesmo se não levamos a Coreia e Taiwan, para não falar da China, em consideração, mas mesmo entre o Brasil e a Índia, cujos rumos seriam relativamente similares em muitos aspectos (Pedersen, 2008). Nesse sentido, a teoria parece ainda suportar o ônus da prova do confronto com a realidade, uma vez que seus conceitos principais – dependência, centro e periferia (mais a semiperiferia) e desenvolvimento e subdesenvolvimento – têm bom desempenho ao enquadrar as realidades contemporâneas. Essas questões, bem como a sobreposição entre essas categorias, seguem sendo bastante concretas. Agregue-se a isso que as suposições da teoria realista das relações internacionais sobre o peso de tamanho, população, recursos, armamentos, vínculo do cidadão, governo efetivo, diplomacia, etc. (Morgenthau, [1949] 1967), também devem, como de hábito, ser vistas como relevantes para definir o poder dos estados na arena global, assim como as relações entre eles, incluindo-se aí o tamanho do mercado, que se destaca nos casos da China e da Índia.

Mas não se trata simplesmente de globalização. Na verdade, nesse processo certas bifurcações têm lugar. Alguns países permanecem agrários, como muitos na América Latina, onde vários foram “reprimarizados”, seja totalmente, como o Chile, seja parcialmente, como a Argentina, perdendo seja inteiramente seja muito da sua indústria – até mesmo o Brasil sofrendo parcialmente desta síndrome. Outros enveredaram sobretudo pelo caminho do *desenvolvimento dependente*, como Brasil e México – os casos da Coreia e de Taiwan sendo, como já assinalado, mais complicados, demandando talvez uma categoria que pudesse tornar mais relativa sua posição no “Sul” global ou até mesmo os retirando dele. Se as corporações multinacionais ou transnacionais, assim como o capital financeiro, têm seus próprios interesses, eles permanecem firmemente ligados aos países centrais do ocidente e ao Japão. A China tem tido realmente muito mais autonomia, que se vincula a seu passado revolucionário, mas mesmo neste caso ainda está para ser visto como ela se

desenvolverá, sem prejudicar sua posição futura na sociedade global, conquanto o simples tamanho de sua economia seja esmagador.

Kohli (2004 e 2009) insistiu no papel do estado, mas em suas relações com as classes sociais também, para uma adequada compreensão dos padrões e potencialidades do desenvolvimento no “Sul”. Nesse sentido, embora sua ênfase nas virtudes industrializantes do “estado capitalista coeso” seja problemática, funcionando sobretudo para países pequenos e em condições geopolíticas específicas, ele compartilha com o livro de Cardoso e Faletto o entendimento correto de que coalizões dominantes são cruciais para os resultados do desenvolvimento. Na verdade, Cardoso e Faletto assinalaram que os casos de sucesso eram aqueles em que coalizões de “elites” com alguma inclinação para o desenvolvimento haviam sido capazes de criar legitimidade e certa estabilidade na medida em que solucionaram problemas por cima, intra-”elites”, mas também por baixo, ou seja, atraindo as “massas”, as classes populares, para a coalizão dominante, embora de maneira subordinada (*DDAL*, cap. 5).

Isso é muito relevante e, conquanto, é claro, questão tais como a “inserção” de uma burocracia autônoma na sociedade (Evans, 1995) não devam ser desconsideradas, a decisão de analisar as forças sociais em sua relação com o estado ajuda a capturar muito da história do desenvolvimento econômico, se não é levada a cabo de modo reducionista ou determinista. Contudo, coalizões devem ser também mais fortemente remetidas a quadros geopolíticos e culturais e políticos, amplos. Isso nos permitiria uma avaliação melhor dos diferentes caminhos pelos quais a globalização se desdobrou no “Sul”. Cardoso (2009) não trata realmente deste tipo de questão em sua discussão ao analisar as mudanças recentes que ocorreram nas relações da América Latina com o governo dos Estados Unidos, as instituições financeiras internacionais e corporações transnacionais. Esses agentes têm tido enorme poder sobre a América Latina, que tem constituído a zona de influência direta, conquanto não particularmente relevante, daquele país. Mas, mais seriamente, Cardoso menciona apenas de passagem as alianças que têm sido estabelecidas internamente visando dirigir o “desenvolvimento” (ou seu contrário) em uma direção ou outra (Cardoso, 2009, p. 306). Tudo se resolve através de um confronto entre a boa social democracia global (cuja definição permanece obscura) e o mau populismo. Nem movimentos sociais (os sindicatos são descartados como irrelevantes no caso do Brasil), nem classes sociais, nem alinhamentos à direita ou à esquerda, têm espaço em sua análise. Isso é totalmente contrário ao método e aos procedimentos efetivamente presentes em *DDAL*. Com efeito, como Evans (2009, p. 323ss) apontou, com relação às chamadas forças globalizadas Cardoso parece simplesmente aceitar a inevitabilidade de mera “adaptação” (Cardoso, 2009, especialmente pp. 300-1 e 306).

Esses são os pontos principais que uma leitura menos enviesada do livro de Cardoso e Faletto pode apresentar. Eles o tornam, creio, ainda mais contemporâneo. Seus conceitos, certamente, carecem de adaptação, mas se mantém altamente relevantes para uma compreensão da sociedade global que o século XXI vem construindo.

## A América Latina e outras semiperiferias e periferias

Para alguém que um dia criticou tão fortemente as economias de enclave e abraçou o ponto de vista prebishiano de que seguir atado à exportação de commodities não poderia ser de bom augúrio para um país no longo prazo (*DDAL*, passim), o apoio de Cardoso (2009, pp. 309-10) ao modelo chileno (apenas parcialmente transformado desde o fim da ditadura militar) poderia surgir como uma surpresa. A Argentina pagou caro por seu fracasso em se industrializar mais, na verdade envolvendo nos militarizados anos 1970 em parte devido a ter sido muito rica como país exportador de carne e trigo na primeira metade do século XX, a despeito de, como seu livro mostrara, ter sido incluída entre aqueles países de desenvolvimento dependente que ele e Faletto haviam identificado como uma novidade. O Chile não chegou nem perto disso. Mas na medida em que a perspectiva atual de Cardoso inclui, no plano econômico, o que se pode definir como uma bastante *passiva adaptação à globalização*, que de fato continuou em larga medida durante o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (Domingues, 2007), isso é perfeitamente compreensível.<sup>3</sup> Da mesma forma, é difícil entender como ele pode encarar o México como um caso de sucesso, com seu desenvolvimento torto baseado na mera montagem de produtos manufaturados em sua região mais ao norte visando a sua exportação para os Estados Unidos, a não ser que compreendamos também sua afirmação de que agarrar oportunidades no mercado global é a única maneira possível de proceder no mundo contemporâneo (Cardoso, 2009, pp. 310-13). Isso seria válido no caso do México não obstante a construção de “relações assimétricas” com os Estados Unidos – ou de sua dependência em relação a ele, na verdade, se recorremos a sua antiga formulação, que não é mobilizada ao tratar do tema, implicando contudo questão que não deveria ser deixada de lado se este tipo de teorização das relações internacionais e de sua governança calcada na “interdependência” é introduzido (como de resto observado por Keohane e Nye, 1977, pp. 9-11).

É igualmente verdade que o Brasil tem uma economia muito maior e mais diversificada, com inclusive um setor de bens de capital comparável apenas ao da Índia no antigo “Terceiro Mundo”. Isso lhe deu mais margem de manobra, contudo o país tomou realmente uma rota neoliberal, embora mais tardiamente e com menos profundidade que a maioria de seus vizinhos. Cardoso foi decisivo nesse sentido, à frente de uma coalizão de forças de centro e de direita, incluindo as antigas oligarquias, rejeitando qualquer aliança com os movimentos sociais e forças sociais organizadas (até mesmo com os empresários industriais as relações eram na melhor das hipóteses truncadas; o capital financeiro e os novos sócios dos mercados privatizados, especialmente nas telecomunicações, eram suas estrelas). Também programas de alívio à pobreza foram iniciados durante sua presidência, mas em sua forma e extensão eram parte da agenda neoliberal. Junto às necessidades da estabilidade macroeconômica, mas para além dela também, o uso político da “taxa de câmbio”, forçando uma semi-paridade com o dólar – conquanto nunca tão absurda como a que efetivou Carlos Menem na Argentina – tornou possível a estabilidade de seu governo e de fato sua reeleição, levando a uma quebra da moeda logo após o término do processo eleitoral (ver Lautier e Marques Pereira, 2004).

Não custa sublinhar que não viso a polêmica ao mencionar essas questões. Dois pontos precisam, todavia, ser destacados. Primeiro, se brigar por palavras é certamente inútil, parece-me evidente demais que as metas dos governos de Cardoso foram exatamente as mesmas que foram impostas ou estimuladas em muitos países pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais (o Fundo Monetário Internacional



– FMI e o Banco Mundial): abertura comercial, privatizações, ortodoxia fiscal e monetária, até mesmo os programas de alívio à pobreza, etc. Cardoso não faz justiça a seu período como presidente, nem a sua avaliação histórica futura, ao insistir que este não é o caso. Mas o efeito generalizado da estabilização monetária tampouco poderia ser exagerado, evidenciando-se dois aspectos. Se a tentativa de domar a inflação para sempre estava em seu cerne, um aspecto político logo se fez tão importante quanto essa meta econômica, com efeito, converteu-se na questão principal, juntamente com os interesses daqueles envolvidos no novo mercado financeiro brasileiro globalizado: trazer para si os “pobres” do país, conquanto não suas organizações, com as quais o governo de Cardoso não tinha diálogo, ou seja, como indivíduos que desesperadamente necessitavam de segurança econômica. Cardoso mostrou com isso que aprendera as lições de seu próprio livro: uma coalizão de “elites” tinha de ser armada, incluindo o capital estrangeiro, que pudesse cimentar uma aliança com os setores populares, mas, neste caso, a despeito e de fato em grande medida *contra* os movimentos sociais e as organizações populares. Sem dúvida outros países latino-americanos levaram isso muito mais longe – culminando em particular na tragédia argentina de 2001 – no que pode ser chamado de via “transformista” tomada no subcontinente na última década do século XX, mudando de modo a não mudar muito. O modelo é o mesmo, com diferenças de grau e ênfase (Lautier e Marques Pereira, 2004; Boyer e Neffa, 2004; Domingues, [2008] 2009: cap. 2). E isso também é verdadeiro no que tange à aceitação de Cardoso das regras da economia global conduzida de modo neoliberal, como Evans, já mencionado anteriormente, destacou.

Na ordem atual a situação da América Latina não é de modo algum confortável. Se o Brasil parece fazer certo progresso, embora seu crescimento econômico tenha se firmado com mais sustentabilidade apenas muito recentemente e sua estrutura econômica seja subdesenvolvida em relação aos países centrais (Estados Unidos, Europa, Japão – e mesmo em relação à Coreia), ante aos quais é um país bastante dependente e semiperiférico, a maioria dos outros países se encontra em posição ainda pior (Domingues, [2008] 2009: cap. 2). O Chile se fez prisioneiro de seu padrão primário exportador, a Argentina sofreu uma involução industrial, o México caiu na armadilha do padrão “maquiladora” de montagem de produtos de baixo valor agregado. Os outros países da região se industrializaram muito pouco. Eles exportam petróleo e gás, com a Venezuela alcançando a riqueza de um estado rentista, ou commodities agropecuárias e minerais – ou então pasta de coca, para a produção de cocaína. Investimentos em ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, subiram recentemente, mas não passam de 1,0% no Brasil, 0,5% na Argentina e no México, enquanto que os outros países da região não investem quase nada nessa área, que é absolutamente decisiva para o desenvolvimento econômico contemporâneo (dados para 2008, da RICYT, 2008). “Clusters” de inovação, também nesse sentido fundamentais, praticamente não existem na região, com a exceção de uma meia-dúzia no Brasil (Botagaray e Tiffin, 2002). Esse tipo de questão pode ser facilmente acomodado no quadro conceitual de *DDAL*.

Contudo, um rumo diferente tem sido traçado pela democracia, implicando uma disjunção complicada e tensa na história recente do subcontinente. Cardoso (2009, pp. 304-08) reconhece isso, embora devidamente qualifique certos aspectos, como problemas com o império da lei, e equivocadamente aponte outros, especialmente a ausência de uma cultura democrática – que não precisa ser protestante e individualista, ao contrário do que seu curioso retorno à teoria da modernização demanda. Uma verdadeira “revolução democrática molecular” tem tido lugar em toda a América Latina, liderada pelos movimentos populares nas décadas de 1980 e 1990. Essa revolução engendrou mudanças de grande alcance na cultura política, na construção de

instituições, com limites em particular no que diz respeito à cidadania civil das classes populares, expostas à violência social e inclusive ainda à violência do estado (conquanto não haja limites no que se refere à propriedade privada das classes dominantes, há dois séculos protegida acima de qualquer coisa). Esse processo de transformação implicou ainda muito mais participação popular, em uma situação de crescente complexidade social, pluralismo e um padrão transformado de movimentos sociais, eles mesmos muito pluralizados. A cidadania social ainda é meta de fato distante de ser alcançada, mas isso não tem nada a ver com falta de cultura política democrática, mas sim com a própria implantação do neoliberalismo (Álvarez, Dagnino e Escobar, 1998; Avritzer, 2002; O'Donnell *et al.*, 2004; Domingues, [2008] 2009, cap. 1). Cardoso passa por cima desses desenvolvimentos, preferindo concentrar-se em uma única questão, que falsifica esse processo singular de desenvolvimento democrático: a oposição dos maus populistas aos bons sociais democratas globais. Assim, governos de direita, altamente autoritários, como o da Colômbia, somem do quadro, com ataques focalizados somente na anacrônica guerrilha colombiana e a na luta armada que insiste em levar a cabo naquele país.

Cardoso claramente se apóia aqui na divisão entre as “duas esquerdas” articulada por Castañeda (2006). Para esse autor, populistas como Chávez e Morales são atrasados, ao passo que modernizadores como os socialistas e democratas chilenos, bem como Lula, são o caminho por onde avançar. Mas essa caracterização não corresponde à realidade: a esquerda latino-americana é muito mais diversificada e, além disso, misturar Chávez e Morales, por exemplo, é propor uma compreensão totalmente equivocada de processos distintos, um calcado no aparelho de estado na Venezuela (uma espécie de “cesarismo” orientado para os pobres), o outro em uma democratização de grande alcance de baixo para cima, levada a cabo por movimentos sociais sob a liderança e influência da população “originária” da Bolívia. É difícil ver em que Evo Morales poderia ser caracterizado como um populista (Domingues, Guimarães, Mota e Pereira da Silva 2009), já para não falar da vacuidade do conceito, problemático no passado e na melhor das hipóteses inteiramente inespecífico hoje (e, na pior delas, mais um termo de abuso que uma categoria interpretativa). Em relação a Lula, Cardoso chega mesmo a falar de populismo, embora de maneira mais suave. É difícil ver como Lula poderia ser classificado como um populista, em qualquer sentido. Não deixa de ser verdade que seu governo vem, desde sua reeleição, alterando seu curso na direção do que alguns vêm chamando de um “novo desenvolvimentismo” (Boschi e Gaitán, 2008), que é de toda maneira ainda uma pálida réplica do que se pode encontrar em outras regiões do planeta, especialmente na China e nos países do leste da Ásia. Se não há rupturas na política econômica, o investimento em ciência e tecnologia aumentou, como observado anteriormente, e políticas sociais voltadas para os pobres, especialmente o Bolsa Família, têm levado a um reforço do mercado interno (uma ótima opção quando o capitalismo global parece sofrer de problemas crônicos de “superacumulação” e excesso de oferta – como argumenta Brenner, 2008). Novos laços com o empresariado e o trabalho organizado, bem como com os movimentos sociais de modo geral, têm sido estabelecidos também (Pedersen, 2008, p. 156). Se isto chegará a configurar um novo padrão de política econômica e um novo modelo desenvolvimentista é algo ainda a ser comprovado.

A questão da social-democracia poderia nos levar muito longe e não seria factível entrar nisso em maiores detalhes aqui. Basta notar que nessas coordenadas específicas este rótulo provavelmente confunde mais que esclarece. Primeiro porque se baseia na falsa distinção entre as duas esquerdas; mas também porque o contexto,

as bases sociais e especialmente as políticas da social-democracia costumavam ser bem diferentes do que tem sido posto em prática na América Latina. Isso ocorre em particular no que se refere aos “bônus”, “planos” e “bolsas” focalizadas que hoje caracterizam muito do bem-estar latino-americano (Haggard e Kaufman, 2008), bem como a uma variedade de novas questões, levantadas por novos movimentos sociais, que têm estado na linha de frente da agenda política. É necessário investigá-las sem pressuposições demasiado fortes, mas tentar fazê-lo aqui nos levaria a uma discussão de definições que este texto não comporta.

Eu gostaria de expandir o argumento comparando o Brasil e a Índia economicamente, países que Evans (1995) e Kohli (2004) na verdade, mercê de seu método ideal-típico, sequer reconheceram como estados “desenvolvimentistas”, ainda que este último autor pareça ter certa esperança de que um estado mais orientado para a classe capitalista estaria emergindo em fins da década de 1990 no sul da Ásia. Tanto o Brasil quanto a Índia possuem importantes infra-estruturas industriais. Estas foram desenvolvidas em parte pelo estado. O Brasil foi sempre muito mais aberto ao capital transnacional. Como se sabe, este país tem enfrentado enormes dificuldades na construção de qualquer área fundamental de alta tecnologia. A Índia tem se mostrado muito mais fechada e recorrido muito menos ao capital transnacional, com uma estrutura econômica baseada no estado, mas tem crescido muito mais rápido. Enquanto que outras questões respondem por suas recentes altas taxas de crescimento, isso tem ocorrido com bastante impulso da parte de seus setores de software e “call-center”. Se o Brasil tem tido dificuldades em desenvolver alta tecnologia, o setor de software da Índia permanece atado também sobretudo às operações de baixo valor agregado do capitalismo global: suas firmas são em grande medida basicamente sub-contratadas, “terceirizadas”, por companhias estrangeiras. As limitações dos “call-centers” falam por si mesmas (Domingues, [2008] 2009, cap. 2; Pedersen, 2008, pp. 94-7; Lima, 2009). Em outras palavras, nenhum dos dois países se mostrou capaz de avançar decisivamente para uma posição de controle das principais tecnologias e padrões de acumulação do centro do sistema capitalista hodierno e suas economias seguem sendo bastante subdesenvolvidas em relação às dos Estados Unidos, Europa e Japão. A Índia parece ser menos dependente, mas ambos permanecem firmemente na semiperiferia, devido ao tipo de produção que são realmente capazes de efetivar, exceto no que concerne a alguns nichos mais ou menos importantes que logram ocupar, os quais por vezes são apresentados de forma anedótica como prova de suas realizações. Ao passo que, como discutido anteriormente, outros países na América Latina tomaram um rumo *involutivo*, com o México sendo pego pela armadilha das “maquiladoras”, os outros países do sul da Ásia permaneceram sobretudo agrários, caso do Paquistão, ou desenvolveram apenas uma industrialização leve, no que se destaca Bangladesh (Zaidi, 2004; Milam, 2009). Permanecem subdesenvolvidos, dependentes e periféricos.

A China nos põe problemas mais complexos. Nolan (2004, especialmente p. 24), por exemplo, observou que a China é de fato, não obstante seu tamanho, um país subdesenvolvido, cada vez mais dependente, e que encara tremendos desafios para seu desenvolvimento. Outros autores sublinham o impulso para o desenvolvimento da economia chinesa, seu controle paulatino de produtos mais sofisticados, bem como sua adoção de formas de produção em rede, incluindo alianças com as transnacionais, que têm estado na linha de frente de desenvolvimentos econômicos avançados por todo o planeta. Isso é verdadeiro em particular no que se refere às indústrias de tecnologia da informação, que Evans (1995, pp. 7 e 11) apontou como o setor a partir do qual uma “conspiração para o desenvolvimento” poderia ganhar força e onde as fortunas relativas da Coréia e de Taiwan se fizeram. Outros ainda sublinham a grande autonomia da China em relação aos Estados Unidos.



Embora o desenvolvimento seja agora um tema-chave da vida chinesa, e o presente e o futuro da China se mantenham altamente controversos, poucos negariam que ela se tornará nas próximas décadas uma das principais economias do mundo – talvez se movendo para o centro do sistema –, segundo alguns inclusive deslocando os Estados Unidos como o país mais poderoso, o que é sem dúvida um grande exagero (cf. Naughton, 2007; Arrighi, 2007; Macnally, 2008; Brandt e Rawski, 2008). Na direção oposta seguem outras economias anteriormente socialistas. A Rússia, que a teoria wallersteiniana considerava um país semiperiférico ao fim da Segunda Guerra Mundial, tendendo a ascender ao “núcleo” na década de 1970, acabou ficando presa na semiperiferia, sua situação econômica se deteriorando muito na verdade nas últimas décadas, incluindo forte dependência da exportação de petróleo e gás: todos os indicadores, em especial, pode-se argumentar, seu atraso em termos de inovação tecnológica, a amarram a uma posição muito pouco auspiciosa, inclusive no que diz respeito ao futuro (Lande, 2009).<sup>4</sup> Na Europa oriental, por sua vez, muitas diferenças emergiram. Alguns países da região do Visegrado (Hungria, Polônia, Eslovênia, a República Checa), medraram em certa medida, tornando-se contudo dependentes de corporações estrangeiras, aparentemente talvez avançando rumo a uma posição próxima ao centro, de todo modo por hora mantendo-se na semiperiferia. A maioria dos outros países, como a Estônia, foi convertida em grandes “sweat shops” e plataformas de exportação baseadas em trabalho intensivo relativamente barato, visando o mercado da Europa ocidental, com pouca diferenciação da estrutura econômica interna (Bohle e Greskovits, 2007).

Em todos esses casos a dependência de trajetória conta muito. A situação em que cada um desses países encarou a nova fase de acumulação capitalista e, mais genericamente, da modernidade, que começou fundamentalmente em meados da década de 1990, ou seja, seu grau prévio de desenvolvimento tem sido crucial para seu desenvolvimento posterior (como de fato indicado por Cardoso, 2009, pp. 300 e 315, no que se refere à América Latina). Somam-se a isso como decisivas também as coalizões internas, os distintos sistemas políticos, como as coletividades dominantes não apenas chegam a acordos entre elas, mas arrastam consigo a população em um projeto “hegemônico”, traços culturais, etc., seu resultado líquido sendo então distintas opções. Estas respondem pelo que podemos chamar de diferentes e contingentes “giros modernizadores” (mais ou menos centrados, ou seja, com intencionalidade mais ou menos definida e curso mais ou menos intencional), que são responsáveis pelas formas e conteúdos específicos que o desenvolvimento assume em cada um deles. A China em particular parece estar se aproveitando de certo número de elementos favoráveis, embora o futuro esteja em aberto, em função de sua própria dinâmica, bem como de suas relações com o mundo exterior.

Seja como for, essas novas questões de modo algum tornam o quadro interpretativo de *DDAL* obsoleto, embora algumas requeiram mais sutileza, como o próprio Cardoso (2009, p. 296) demanda, e bastante atualização. Isso é verdade em termos teóricos e metodológicos. Em grande medida herdeiro da economia política clássica, através da antiga CEPAL, e do marxismo, esse livro não se ocupava de fato da cultura e não tinha portanto feito um argumento contra a teoria da modernização, nem esboçado uma alternativa nessa dimensão. Isso pode ser certamente útil para analisar vias de desenvolvimento distintas, sem “culturalismos” e, menos ainda, essencialismos – o que chamei anteriormente de giros modernizadores vindo a substituir a teleologia da teoria da modernização. Mais complexidade social, graças ao pluralismo interno e a pressões globalizantes precisam ser tratadas também, uma vez que implicam, por exemplo, diferentes movimentos

sociais e orientações para o consumo. Mais empiricamente, padrões civilizatórios, a situação econômica global, as regras do comércio, investimento e propriedade intelectual globais, democracia e mediações sociais entre estado e sociedade, poder militar e questões geopolíticas, novos movimentos sociais, índices de desenvolvimento humano e políticas sociais, para referir-me apenas aos temas mais evidentes, na América Latina e fora dela, devem ser tratados em análises renovadas. Realmente, a teoria sociológica, política e social contemporânea tem de modo geral que ser mobilizada nesse esforço de renovação (o que tentei fazer ao discutir a questão a partir da definição de uma *terceira fase da modernidade*, analisada de modo multidimensional em particular em Domingues, [2008] 2009).

Contudo, *DDAL* é ainda um clássico vigoroso, que fala ao presente, não apenas como um exemplo de boa ciência social, mas como uma elaboração teórica cuja realidade social subjacente, lamentavelmente, não mudou tanto quanto seus autores esperavam. Novos elementos no debate sobre o desenvolvimento devem ser também tratados, que não se encaixam bem com este tipo de teoria tal qual existe hoje, sem perder de vista porém seu cerne, ou seja, a discussão sobre a desigualdade de riqueza e poder dentro das nações e entre elas, o que é uma clara consequência da dependência, das relações centro-periferia e do subdesenvolvimento, bem como de estruturas internas desiguais em cada país.

## Conclusão

Este artigo propôs uma leitura mais ampla do clássico de Cardoso e Faletto, enfatizando alguns aspectos diferente em relação àqueles que destaca hoje um de seus autores. Isso é natural: uma obra tão importante e rica como essa, conquanto não muito longa, permite distintas leituras e seleções interpretativa. Para além disso, *DDAL*, embora em geral ausente das discussões sobre o desenvolvimento, perdura como um instrumento conceitual útil para analisar o mundo contemporâneo globalizado. Suas principais contribuições devem, contudo, como tentei mostrar ao retomar a discussão de Cardoso sobre a América Latina, mas apontando também para as situações de países na Ásia e na Europa oriental e central, ser revisitadas e mais fortemente sublinhadas. A política enquanto tal é importante, assim como a análise “histórico-estrutural” que seus autores ofereceram. Em particular a América Latina, junto com a África, parece estar distante de uma superação das questões e problemas que levaram ao surgimento da teoria da dependência e especificamente de *DDAL*. Se questões internas devem ser tratadas, é verdade também que o meio global em que o desenvolvimento se desdobra deve ser posto em tela de juízo.

A democracia na América Latina tem ao menos se desenvolvido de modo contínuo e isso pode levar a um novo limiar, quaisquer que seja as outras vias de desenvolvimento que se possam encontrar em outras regiões. É impossível imaginar que estados autoritários poderiam ser hoje capazes de mobilizar as populações latino-americanas para a realização dessa meta, provavelmente a mobilização democrática de seus cidadãos sendo em vez disso o único caminho pelo qual se pode retomar esse tipo de esforço. Ao menos no Brasil o desenvolvimento está se tornando um tema mais debatido, concentrando pensamentos e energias e atravessando diferenças políticas e ideológicas. A América Latina pode tomar a mesma direção logo mais adiante. Uma vez mais, esse livro clássico pode ter um papel importante a cumprir no debate.

Enfim, uma palavra sobre o tema da crítica. *DDAL* e suas contrapartes da teoria da dependência, não obstante suas limitações e virtudes, foram muito importantes para o desenvolvimento da crítica na América Latina, penetrando outras abordagens críticas ao redor do mundo. Duas questões aqui se destacam. A primeira é que os conceitos que Cardoso e Faletto elaboraram no livro, complementado pela idéia de semiperiferia, são muito mais precisos, embora talvez menos efetivos retoricamente, que as vagas noções de “Norte global” e de “Sul global”. Em segundo lugar, isso se vincula diretamente ao poder global desigual e às condições materiais desiguais que se delineiam na descrição do livro e em sua interpretação da história latino-americana, de seu presente e perspectivas futuras. Isso ocorre a despeito de certa ambivalência sobre o significado do “desenvolvimento dependente”. Ele pode receber um sinal mais positivo, como simplesmente o início da “globalização”, o que é o caso por exemplo na recente avaliação de Cardoso (2009, pp. 298 e 315), reservas quanto às diferentes possibilidades que se abrem para os vários países no mundo não obstante; ou um sinal mais negativo, como por exemplo em especial no “Post scriptum” à edição em inglês de *DDAL*, no qual os autores afirmavam que apenas o socialismo seria a solução para a dependência, a periferalização e o subdesenvolvimento (Cardoso e Faletto, 1979, p. 216). Como escapar dessa situação permanece de todo modo uma questão crucial

para a América Latina e de fato para o mundo em seu conjunto. Uma base para a crítica da modernidade realmente existente segue sendo válida hoje, tanto quanto anteriormente, de um ponto de vista periférico ou semiperiférico. Afinal a liberdade, a igualdade, a solidariedade e a responsabilidade, nos planos individual e coletivo, se encontram no coração do projeto moderno, juntamente com a questão do desfrute dos benefícios que o desenvolvimento material pode proporcionar (Domingues, 2002). Eles parecem perdurar na consciência contemporânea da espécie humana, ao menos como um potencial a ser explorado de maneira emancipadora.

## Referências

- Álvarez, Sonia, Dagnino Evelina e Escobar, Arturo (1988) *Cultures of Politics, Politics of Culture. Re-envisioning Latin American Social Movements*. Boulder, CO: Westview.
- Amsden, Alice H. (2001) *The Rise of the "Rest. Challenges to the West from Late Industrializing Economies*. Nova York: Oxford University Press.
- Arrighi, Giovanni (2007) *Adam Smith in Beijing. Lineages of the Twenty-First Century*. Londres: Verso.
- Avritzer, Leonardo (2002) *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Bohle, Dorothee e Greskovits, Béla (2007) "Neoliberalism, embedded neoliberalism, and neocorporatism: paths towards transnational capitalism in Central-Eastern Europe", *West European Politics*, vol. 30.
- Boschi, Renato e Gaitán, Fabio A. (2008) "Empresas, capacidades estatales y estrategias de desarrollo en Brasil, Argentina y Chile", *Punto de vista*, no. 3.
- Boyer, Robert e Saillard, Yves (orgs.) (2000) *La Théorie de la regulación. L'Etat des savoirs*. Paris: La Découverte.
- Boyer, Robert e Neffa, Julio (2004) *La economía argentina y sus crisis (1976-2001): visiones institucionalistas y regulacionistas*. Buenos Aires: Miño y Dávila.
- Brandt, Loren e Rawski, Thomas G. (2008) *China's Great Economic Transformation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bortaragay, Isabel e Tiffin, Scott (2002) "Innovation clusters in Latin America", in M. Heitor, D. Gibson e M. Ibarra (orgs.), *Technology Policy and Innovation*, vol. 1. Nova York: Quorum Books.
- Brenner, Robert (2006) *The Economics of Global Turbulence. The Advanced Capitalist Economies from Long Boom to Long Downturn, 1945-2005*. Londres e Nova York: Verso.
- Cardoso, Fernando Henrique (1967) "Industrial Elites", in Seymour M. Lipset e Aldo Solari (orgs.), *Elites in Latin America*. Nova York: Oxford University Press.
- Cardoso, Fernando Henrique (1975) "Teoria da dependência ou análise concreta de situações de dependência?", in *O modelo político brasileiro*. São Paulo: Difel.
- Cardoso, Fernando Henrique (2009) "New paths: globalization in historical perspective", *Studies in Comparative International Development*, vol. 44.
- Cardoso, Fernando Henrique e Faletto, Enzo ([1969] 1972/1970) *Dependencia y desarrollo en América Latina. Ensayo de interpretación sociológica*. México: Siglo XXI/*Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Cardoso, Fernando Henrique and Faletto, Enzo (1979) "Post Scriptum", in *Dependency and Development in Latin America*. Berkeley: University of California Press.
- Castañeda, Carlos (2006) "Latin America's Left Turn", *Foreign Affairs*, maio/junho.
- Castells, Manuel ([1996] 2000) *The Network Society. The Information Era: Economy, Society and Culture*, vol. 1. Oxford: Blackwel.

- Domingues, José Maurício (2002) *Interpretando a modernidade. Imaginário e instituições*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Domingues, José Maurício (2007) “O primeiro governo Lula. Um balanço crítico”, in *Aproximações à América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Domingues, José Maurício ([2008] 2009) *A América Latina e a modernidade contemporânea. Uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Domingues, José Maurício, Guimarães, Alice Soares, Mota, Aurea e Pereira da Silva, Fabricio (orgs.) (2009) *A Bolívia no espelho do futuro*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Evans, Peter (1995) *Embedded Autonomy. States and Industrial Transformation*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Evans, Peter (2009) “From situations of dependency to globalized social democracy”, *Studies in Comparative International Development*, vol. 44.
- Haggard, Stephen e Kaufman, Robert R. (2008) *Democracy and Welfare State in Latin America, Asia, and Eastern Europe*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Harvey, David (1991) *The Post-Modern Condition. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford e Malden, MA: Blackwell.
- Frank, Andre G. (1967) *Development and Underdevelopment in Latin America*. Nova York: Monthly Review.
- Keohane, Robert O. e Nye, Joseph S. (1977) *Power and Interdependence. World Politics in Transition*. Boston e Toronto: Little, Brown and Co.
- Kohli, Atul (2004) *State-Directed Development. Political Power and Industrialization in the Global Periphery*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kohli, Atul (2009) “Nationalism versus dependent capitalist development. Alternative pathways of Asia and Latin America in a globalized world”, *Studies in Comparative International Development*, vol. 44.
- Lande, David (2009) “Global capitalism and the transformation of state socialism”, *Studies in Comparative International Development*, vol. 44.
- Lautier, Bruno e Marques Pereira, Jean (2004) *Brésil, México. Deux Trajectoires dans la mondialisation*. Paris: Karthala.
- Lima, Marcos Costa (2009) “As tecnologias da informação e da comunicação e o desenvolvimento: modelos brasileiro e indiano”, in Maria Regina Soares de Lima e Monica Hirst (orgs.), *Brasil, Índia e África do Sul. Desejos e oportunidades para novas parcerias*. São Paulo: Paz e Terra.
- Macnally, Christopher A. (org.) (2008) *China's Emergent Political Economy. Capitalism in the Dragon's Lair*. Nova York e Londres: Routledge.
- Milam, William B. (2009) *Bangladesh and Pakistan. Flirting with Failure in South Asia*. Londres: Hurst & Co.
- Morgenthau, Hans J. ([1949] 1967) *Politics among Nations. The Struggle for Power and Peace*. Nova York: Alfred A. Knopf.
- Naughton, Barry (2007) *The Chinese Economy. Transformation and Growth*. Cambridge, MA: MIT Press.

- Nolan, Peter (2004) *China at the Crossroads*. Cambridge: Polity.
- O'Donnell, Guillermo et al. (2004) *La democracia en América Latina. Hacia una democracia de ciudadanos y ciudadanas*. PNUD.
- Pecaut, Daniel (1985) "Sur la théorie de la dépendence", *Cahiers des Ameriques Latines*, no. 4.
- Pedersen, Jorgen Dige (2008) *Globalization, Development and the State. The Performance of Brazil and India since 1990*. Houdmills, Basingstoke and Nova York: Palgrave Macmillan.
- RICYT (2008) *El estado de la ciencia*. Buenos Aires: RICYT (<http://www.ricyt.edu.ar>).
- Serra, José (1976) *América Latina. Ensaio de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Wallerstein, Immanuel (1974) *The Modern World System*, vol. 1. Nova York: Academic Press, 3 vols.
- Wallerstein, Immanuel (1979) *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press e Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Zaid, S. Akbar (2004) *Pakistan's Economic and Social Development. The Domestic, Regional and Global Context*. Nova Deli: Rupa.

## Notas

<sup>1</sup> Ver Cardoso, 1967.

<sup>2</sup> Isso é, contudo, redutivo, sendo melhor portanto manter o foco em países em sua totalidade antes que meramente nos estados.

<sup>3</sup> Contudo, é verdade que a diplomacia brasileira tem sido muito ativa, embora se encontrem variações nos governo de Cardoso e Lula.

<sup>4</sup> Ao lado de Wallerstein, que afirmou que a semiperiferia é somente uma posição transitória (rumo ao centro ou à periferia), mas também contrariamente a ele, Lande enfatiza, com referência à Rússia, que é ela também uma posição fixa. Seria provavelmente melhor olhar a questão com uma perspectiva mais aberta: a semiperiferia poderia ser vista então como em geral bastante estável, mas permitindo muita mudança dinâmica.

